



RUMO MALHA NORTE S.A.
CNPJ/MF nº 24.962.466/0001-36
NIRE nº 51.300.004.453
Companhia Aberta
Categoria A

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AGO de 26/04/2018

Rondonópolis, 26 de março de 2018.



Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração da **RUMO MALHA NORTE S.A.** (“Companhia”) referente às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **26 de abril de 2018**, às **15:00** horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua B, S/Nº, Rodovia BR 163, Km 95, Lote 1A - Sala 01, Parque Industrial Intermodal de Rondonópolis, cidade de Rondonópolis, Estado do Mato Grosso.

A Administração da Companhia propõe:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017;
- (2) Homologar a destinação do lucro do exercício; e
- (3) Fixar o valor da remuneração máxima e global a ser paga aos administradores da Companhia para o exercício social de 2018.

Para fins do Artigo 9º da Instrução CVM nº 481 (“ICVM 481”), a Companhia informa que **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das demonstrações financeiras; **(iii)** parecer dos auditores independentes; **(iv)** formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP; **(v)** informações a respeito da homologação da distribuição do lucro do exercício, nos termos do Artigo 9º da ICVM 481 (Anexo I); **(vi)** comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência (Anexo II); e **(vii)** as informações relativas à fixação do valor da remuneração máxima e global a ser paga aos administradores da Companhia para o exercício social de 2018, nos termos do Artigo 12 da ICVM 481 (Anexo III), sendo que todos os documentos foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos websites de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.rumolog.com/>), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/), especialmente os itens (i) a (iv) através do Sistema EmpresasNet, em 19 de março de 2018.

ANEXO I

Informações a respeito da homologação da distribuição do lucro do exercício, nos termos do Artigo 9º da ICVM 481

O lucro líquido de R\$ 496.553.667,15 (quatrocentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quinze centavos) acrescido de outros componentes do patrimônio líquido de R\$ 60.293,28 (sessenta mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) resultou em R\$ 496.613.960,43 (quatrocentos e noventa e seis milhões, seiscentos e treze mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), que será destinado da seguinte forma: **(i)** constituição de reserva legal, no valor de R\$ 24.827.683,36 (vinte e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e trinta e seis centavos); **(ii)** constituição de Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 74.346.763,45 (setenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos); e **(iii)** distribuição de dividendos, no valor de R\$ 397.439.513,62 (trezentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos), dos quais, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) foram antecipados conforme aprovação em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2017, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A Administração propõe a distribuição de dividendos no montante de R\$ 397.439.513,62 (trezentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos), dos quais, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) já foram antecipados a título de dividendos intercalares, restando o valor de R\$ 297.439.513,62 (duzentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos) a ser distribuído e pago, nos termos do art. 205, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas.

Caso o valor proposto para distribuição de dividendos seja aprovado na Assembleia Geral Ordinária que irá se realizar em 26 de abril de 2018, o pagamento deverá ser realizado em até 60 (sessenta) dias contados da data da referida Assembleia Geral Ordinária.



**ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

1. Informar o lucro líquido do exercício.

A administração da Companhia informa que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 496.553.667,15 (quatrocentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quinze centavos).

A diferença entre o lucro líquido apresentado nesta proposta e aquele mencionado nas demonstrações financeiras é decorrente do arredondamento de todos os valores que compõem o cálculo do lucro líquido.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram declarados dividendos antecipados no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) (“Dividendos Intercalares”).

A proposta da administração para o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 397.439.513,62 (trezentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos), que abrange os Dividendos Intercalares já adiantados, calculado a partir do lucro líquido da Companhia, ajustado por: (i) custos atribuídos da investida, (ii) reserva legal de 5% e (iii) reservas de incentivos fiscais, conforme conciliação abaixo:

	Valor (R\$)
Lucro líquido do exercício	496.553.667,15
Prejuízos acumulados	-
Ajuste custo atribuído investida	60.293,28
Lucro líquido após compensação de prejuízos	496.613.960,43
Reserva Legal (5%)	24.827.683,36
Reserva incentivos fiscais	74.346.763,45
Lucro líquido do exercício – Ajustado	397.439.513,62
Dividendos antecipados	100.000.000,00
Dividendos líquidos a distribuir	297.439.513,62

O montante global proposto de dividendos a ser distribuído equivale a:

- R\$ 0,332024 por ação ordinária, considerando-se um total de 1.107.698.070 ações ordinárias;
- R\$ 0,365226 por ação preferencial classe “A”, considerando-se um total de 76.088.610 ações preferenciais classe “A”; e
- R\$ 0,332024 por ação preferencial classe “B”, considerando-se um total de 5.625.683 ações preferenciais classe “B”.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.



A administração da Companhia propõe a distribuição de 100% do lucro líquido ajustado apurado no exercício de 2017.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A proposta da administração da Companhia contempla a distribuição de dividendos com base no saldo de reserva para investimentos no valor de R\$ 397.439.513,62 (trezentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos).

Valor Mobiliário	JCP	Dividendo (R\$)
Ação Ordinária	-	0,332024
Ação Preferencial Classe "A"	-	0,365226
Ação Preferencial Classe "B"	-	0,332024

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Valor Mobiliário	JCP	Dividendo (R\$)
Ação Ordinária	-	0,248483
Ação Preferencial Classe "A"	-	0,273331
Ação Preferencial Classe "B"	-	0,248483

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe que o pagamento dos dividendos aos acionistas seja feito até o sexagésimo dia após a realização da Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos serão pagos, mediante depósito bancário, em conta corrente indicada pelo acionista ao banco custodiante da Companhia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

A administração da Companhia propõe o pagamento dos dividendos sem a incidência de juros ou atualização monetária.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Os titulares de ações de emissão da Companhia na data da realização da Assembleia Geral Ordinária, prevista para o dia 26 de abril de 2018, terão direito ao recebimento dos dividendos propostos.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais),



conforme lucro líquido apurado no balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2017.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social	2017	2016	2015
Lucro Líquido (R\$)	496.553.667	110.260.567	169.097.065
Valor (R\$) /Ação Ordinária	0,414824	0,09211	0,21896
Valor (R\$)/Ação Preferencial "A"	0,456307	0,10132	0,24086
Valor (R\$) /Ação Preferencial "B"	0,414824	0,09211	0,21896

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercício Social	2017	2016	2015
Dividendos (R\$)	397.439.513	161.324.425	28.030.878
Valor (R\$) /Ação Ordinária	0,332024	0,134772	0,03630
Valor (R\$) /Ação Preferencial "B"	0,365226	0,148249	0,03630
Valor (R\$) / Ação Preferencial "A"	0,332024	0,134772	0,03993
Juro sobre capital próprio (R\$)	0,00	0,00	0,00

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Constituição de reserva legal no montante de R\$ 24.827.683,36.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Em observância ao artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, conforme conciliação detalhada no item 2 acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

As ações preferenciais de emissão da Companhia não possuem direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

De acordo com o artigo 34 do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.



b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

A Administração da Companhia informa que o dividendo mínimo obrigatório, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício será pago integralmente aos acionistas no sexagésimo dia após a realização da Assembleia Geral Ordinária.

c. Informar o montante eventualmente retido.

A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de dividendo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

Não há proposta de retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2017 para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

A administração da Companhia informa que não há proposta de destinação de resultado referente ao exercício social encerrado em 31/12/2017 para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

De acordo com o parágrafo único do artigo 36, do Estatuto Social, atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou criação de novos empreendimentos.

b. Identificar o montante destinado a reserva:

A administração da Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2017, não haverá destinação para reserva de investimentos.

c. Descrever como o montante foi calculado:

Não haverá destinação que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2017 para reserva de investimentos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:



A administração da Companhia informa que não há proposta de retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado a reserva.

A administração da Companhia informa que do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2017 destinado a reserva de incentivos fiscais será no valor de R\$ 74.346.763,45 (setenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

b. Explicar a natureza da destinação.

Em 26 de setembro de 2007 a Companhia protocolou processo junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte ferroviário de cargas considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à Companhia o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017, posteriormente estendido até 2024.

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração é registrado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

* * *



ANEXO II

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência e do Artigo 9º da ICVM 481

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Consolidado (em R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	3.372.467	2.592.546	2.476.105
Lucro bruto	1.404.600	637.612	594.124
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	496.554	110.261	169.097
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	1.233.123	424.932	573.700
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (1)	1.838.680	672.535	277.256
Endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo	7.997.337	6.238.132	4.095.342
Dívida líquida abrangente (2)	6.158.657	5.565.597	3.818.086
Patrimônio líquido	3.227.655	2.986.615	2.038.761
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	15,4%	3,7%	8,3%
Liquidez corrente (3)	1,53	2,25	0,94

(1) Inclui o valor de caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 95,1 milhões em 2017 e R\$ 87,6 milhões em 2016.

(2) Dívida líquida abrangente consiste da subtração dos saldos de caixa e equivalentes caixa e títulos de valor mobiliário (1) do valor do endividamento abrangente bruto, líquido de derivativo.

(3) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3,4 bilhões, crescimento de 30,1% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O volume total transportado, de 31,8 bilhões de toneladas por quilômetro útil (“TKU”), foi 37,8% superior a 2016. O aumento da capacidade de transporte gerou ganhos de produtividade e aliado ao excelente desempenho da safra de grãos permitiu que a Rumo atingisse recordes operacionais durante o ano. O lucro operacional foi de R\$ 1,4 bilhões, representando um crescimento de 120,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A dívida líquida abrangente somou R\$ 6,2 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que comparado ao valor de R\$ 5,6 bilhões de 2016, representa um crescimento de 10,6%, em virtude do aumento do endividamento abrangente bruto, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida atingiu R\$ 2,6 bilhões, crescimento de 4,7% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O volume total transportado foi inferior a 2016, impactado pela redução na demanda por transporte de grãos, devido às quebras de safra de grãos em 2016 e acentuada pelo melhor momento apresentado nas exportações brasileiras de grãos em 2015, causando forte base de comparação. A queda de volume foi compensada pelo aumento da tarifa média de transporte cobrada no ano de 2016 - que apresentou um crescimento, somado às cobranças de *take or pay*, resultando em crescimento da receita líquida operacional mencionado anteriormente. O lucro operacional foi de R\$ 637,6 milhões, crescimento de 7,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A dívida líquida abrangente somou R\$ 5,5 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado com R\$ 3,8 bilhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 52,3%, em virtude do aumento do saldo de endividamento abrangente bruto, decorrente da 9ª emissão de debêntures na Malha Norte, no 2T16.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era composta de 29,0% de capital próprio e 71,0% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de capital

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Capital de terceiros (total de endividamento abrangente bruto (3))	71,0%	67,6%	66,7%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	29,0%	32,4%	33,3%

Em milhões de R\$

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Patrimônio líquido total do exercício	3.227,7	2.986,6	2.038,8
Endividamento abrangente bruto (1)	7.889,9	6.225,8	4.075,1
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (2)	1.838,7	672,5	277,3
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	107,4	12,3	20,3
Dívida líquida abrangente (3)	6.158,7	5.565,6	3.818,1
Dívida líquida abrangente/PL (4)	190,8%	186,4%	187,3%

(1) Composto por (i) empréstimos e financiamentos e debêntures, (ii) arrendamento mercantil e (iii) certificado recebíveis imobiliários – CRI.

(2) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 95,1 em 2017, R\$ 87,6 milhões em 2016 e R\$ 77,3 milhões em 2015.

(3) Também chamada de dívida financeira líquida, é composto por endividamento abrangente bruto (1), líquido de (i) instrumentos financeiros derivativos, líquidos, (ii) caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários, e (iii) caixa restrito de empréstimos e financiamentos.

(4) Composto pela divisão da dívida líquida abrangente (3) pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio Líquido era de R\$ 3,2 bilhões, aumento de 8% em relação a 31 de dezembro de 2016, decorrente do resultado apurado no exercício de 2017, líquido das distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido era de R\$ 2,9 bilhões, aumento de 46,4% em relação a 31 de dezembro de 2015, decorrente principalmente do aumento de capital realizado, no total de R\$ 892,7 milhões, e do resultado do exercício, lucro de R\$ 110 milhões.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento abrangente bruto, inclui o saldo das contas de empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e certificado recebíveis



imobiliários – CRI. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 7,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,7 bilhões em relação ao exercício anterior, evolução decorrente da captação de novos recursos via Nota de Crédito à Exportação (“NCEs”) (R\$ 2,6 bilhões), líquido das liquidações no exercício (destaque para a liquidação antecipada de debêntures na ordem de R\$ 1 bilhão) e a apropriação de encargos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 6,2 bilhões, impactado pelo reperfilamento das dívidas realizado no decorrer do 2T16 – que tornou as dívidas, em sua maioria, de longo prazo, apresentando um aumento de R\$ 2,2 bilhões na linha de empréstimos de longo prazo – e possibilitou novas captações, impactando em uma queda de R\$ 134 milhões nas dívidas de curto prazo entre 2016 e 2015. Adicionalmente a isto, também houve a queda do saldo de arrendamento mercantil em R\$ 22,3 milhões, pelo pagamento das parcelas dos contratos vigentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava um endividamento abrangente bruto no valor de R\$ 4,1 bilhões.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração entende que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem capacidade para contratá-los, como por exemplo o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de Senior Notes.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

R\$ milhões			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Vencimentos	Endividamento bruto, líquido de derivativo (2017) (1)	Caixa Bruto (2017)	Dívida Líquida Abrangente	Dívida Líquida Abrangente	Dívida Líquida Abrangente
Curto Prazo (até 1 ano)	-994,6	1.838,7	844,1	-267,6	-736,6
Longo Prazo	-7.002,8		-7.002,8	-5.298,0	-3.081,5
Total Dívida Líquida Consolidada			-6.158,7	-5.565,6	-3.818,1
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa e TVM (1)			675,6	2.388,0	1.111,0
Passivo circulante, exceto endividamento bruto, líquido de derivativos (1)			-587,6	-420,4	-384,0
Capital circulante líquido (“Capital de Giro”)			88,0	1.967,5	727,0

(1) Excluídos do cálculo de capital de giro e considerados na posição de dívida líquida



A Companhia possui uma situação favorável para o cumprimento dos seus compromissos financeiros, considerando que seu capital circulante líquido apresentava posição positiva nos três últimos anos, de R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 1.967,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 727 milhões em 31 de dezembro de 2015.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

O saldo total das dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 6,9 bilhões, crescimento de 71% quando comparado ao saldo de R\$ 4,9 bilhões apresentado em 31 de dezembro de 2016, decorrente da 10ª emissão de debêntures e NCEs. A Companhia utiliza regularmente diversas fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades, dentre elas fontes de mercado, bem como as linhas de crédito do BNDES (FINAME e FINEM) no financiamento de ativos não circulantes.

Recentemente, a Companhia finalizou algumas medidas que a permitiram reequilibrar sua estrutura de endividamento, visando o pleno atendimento do seu plano de negócios e sua continuidade operacional. Para mais informações, veja o item (b) acima.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento, vide item (f).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, ampliadas a partir da implementação das medidas mencionadas no item (b) acima.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$ 6,9 bilhões, dos quais R\$ 680 milhões eram representados por dívida de curto prazo.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2017:



Contrato	Taxa de Juros	Valor do Principal (em R\$ milhares)	Vencimento
Empréstimos e financiamentos			
Finem (BNDES)	URTJLP	848.653	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	99.255	2025
NCE	112% do CDI	59.858	2018
	125,00% do CDI	644.766	2023
	CDI + 3,50%	294.968	2018
	Dólar (US)	2.594.751	2024
	Bancos comerciais	Pré-fixado (US\$)	13.232
	CDI + 4,91% a.a	98.078	2019
		4.653.561	
Debêntures			
Debêntures não conversíveis	108 % do CDI	57.172	2018
	CDI Pré-fixado	163.750	2020
	128,00% do CDI	499.576	2025
	CDI + 3,50%	1.359.125	2023
Debêntures privadas - Rumo Malha Oeste	CDI + 1,70%	186.526	2020
		2.266.149	
Total		6.919.710	

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2017:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Rumo S.A, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Nota de Crédito à Exportação – NCE

As NCEs são lastreadas na comprovação de transporte de mercadorias destinadas à exportação, sendo uma contratação junto ao Banco Votorantim e junto ao Banco do Brasil no montante total de R\$ 3.594,3 milhões, indexadas ao CDI e com prazo de vencimento final em 2024. A parcela atrelada ao dólar está protegida por Swaps de câmbio e juros (derivativos que trocam variação cambial da moeda estrangeira (USD) mais juros, por moeda local (BRL) mais percentuais do CDI), gerando um custo de 144,8% do CDI.



Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a 10ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, de Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 499,6 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Em 21 de junho de 2016, a Companhia efetuou a 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, no montante de R\$ 2.433.269,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais) com vencimento em junho de 2023 (reperfilamento). As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 2.347,3 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

- (a) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais as debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;
- (b) cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer foram de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;
- (c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;
- (d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$ 50 milhões;
- (f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50 milhões;
- (g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e
- (h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventiva ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

O saldo devedor de todas debêntures emitidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2,3 bilhões.



(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos. O BNDES está entre as principais instituições financeiras, tendo desembolsado para a Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha disponível linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$ 15,2 milhões, R\$ 82,2 milhões em 2016 e R\$ 81,1 milhões em 2015.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2017 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, penhor de ações de emissão de subsidiárias da Companhia, entre outros.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a controladora Rumo S.A está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo S.A.

O *ratio* pactuado é de até 4,3x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021 para dívida líquida abrangente/EBITDA e 2,0x para EBITDA/resultado financeiro.

Em relação à distribuição de dividendos adicionais distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações, não há uma ressalva se a Companhia estiver adimplente com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Referente à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação de ativos, se não aprovado previamente pelo credor.



Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui contratos que vedam a alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo, ou seja, se a Rumo permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia não será considerando hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste documento, a Companhia cumpria com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os covenants financeiros descritos no parágrafo acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tinha disponível linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$ 15,2 milhões (87,1 milhões em 2016). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
ATIVO							
Caixa e equivalentes de caixa	153.368	1,30%	242.437	2,48%	25.103	0,38%	-36,74%
Títulos e valores mobiliários	1.590.176	13,47%	430.098	4,41%	174.891	2,65%	269,72%
Contas a receber de clientes	200.900	1,70%	229.782	2,36%	205.365	3,11%	-12,57%
Estoques	34.025	0,29%	53.281	0,55%	56.944	0,86%	-36,14%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.926	0,05%	97.358	1,00%	-	N/A	-93,91%
Outros tributos a recuperar	101.284	0,86%	16.513	0,17%	39.495	0,60%	513,36%
Adiantamento a fornecedores	315.796	2,68%	1.967.818	20,17%	583.605	8,84%	-83,95%
Outros ativos	17.674	0,15%	23.207	0,24%	225.603	3,42%	-23,84%
Ativo circulante	2.419.149	20,50%	3.060.494	31,37%	1.311.006	19,86%	-20,96%
Caixa restrito	95.136	0,81%	87.571	1,33%	79.819	1,21%	8,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	175.904	1,49%	264.809	4,01%	255.075	3,86%	-33,57%
Recebíveis de partes relacionadas	1.158.867	9,82%	1.198.758	18,16%	727.678	11,02%	-3,33%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	192.675	1,63%	77.424	1,17%	166.996	2,53%	148,86%
Outros tributos a recuperar	35.466	0,30%	40.398	0,61%	50.020	0,76%	-12,21%
Depósitos judiciais	22.938	0,19%	16.056	0,24%	10.244	0,16%	42,86%
Instrumentos financeiros derivativos	107.440	0,91%	-	N/A	-	N/A	0,00%
Debêntures privadas	663.065	5,62%	595.401	9,02%	515.600	7,81%	11,36%
Adiantamento a fornecedores	2.189.819	18,55%	-	N/A	-	N/A	0,00%
Outros ativos	352	0,00%	1.425	0,02%	1.554	0,02%	-75,30%
Investimentos em coligadas	82.343	0,70%	87.727	1,33%	85.092	1,29%	-6,14%
Imobilizado	4.657.241	39,46%	4.324.271	65,49%	3.397.092	51,45%	7,70%
Intangíveis	1.617	0,01%	2.694	0,04%	2.668	0,04%	-39,98%
Ativo não circulante	9.382.863	79,50%	6.696.534	68,63%	5.291.838	80,14%	40,12%
Total do ativo	11.802.012	100,00%	9.757.028	100,00%	6.602.844	100,00%	20,96%



Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de R\$ 153,4 milhões de caixa e equivalentes de caixa sofreu uma redução de 36,7% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a R\$ 242,4 milhões em 2016. Tal redução se deve ao efeito líquido da geração de caixa operacional e os saldos das atividades de investimentos e financiamentos.

Títulos e valores mobiliários

O saldo de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.590,2 milhões, um aumento de 270% em relação ao saldo de R\$ 430,1 milhões de 2016. A variação reflete as aplicações da sobra de caixa gerada pelo resultado da operação e pelos recursos captados via NCEs.

Contas a receber de clientes

Apesar do maior volume de receita em 2017, o saldo de clientes sofreu redução de 12,6%, de R\$ 229,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 200,9 milhões em 2017, pelo saldo de multas contratuais (de clientes por não desempenharem os volumes contratuais) registrado em 2016, cuja liquidação ocorreu em 2017.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Houve uma redução de 93,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5,9 milhões, em relação ao saldo de R\$ 97,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à transferência para o não-circulante.

Outros tributos a recuperar

Apresentam saldo de R\$ 101,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, frente a R\$ 16,5 em 31 de dezembro de 2016. A variação do saldo reflete o registro de créditos tributários sobre compra de insumos e diesel utilizado no transporte.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo era de R\$ 315,8 milhões frente a R\$ 1.967,8 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação de 83,9% se refere à alocação de parte do saldo de partilha de fretes ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente em 31 de dezembro de 2017.

Ativo não circulante

Imposto de renda e contribuição social a recuperar



Totalizaram R\$ 192,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 77,4 milhões em 2016, refletindo a realocação do circulante para o não circulante.

Recebíveis de partes relacionadas

O saldo representado por mútuos com a Rumo Malha Sul não sofreu grandes variações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 1.158,9 milhões é apenas 3,3% menor que o saldo de 2016.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$ 22,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 16,1 milhões em 2016, variação de 42,9%, efeito de novos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2017 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 107,4 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Debêntures privadas totalizaram R\$ 663,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 595,4 milhões em 2016). A variação de 11,3% reflete o efeito da atualização financeira das debêntures não conversíveis emitidas por sua controladora em 2015.

Adiantamento de fornecedores

O saldo de R\$ 2.189,9 milhões registrado nessa rubrica em 31 de dezembro de 2017 se refere à parcela do saldo de partilha de fretes alocada ao não circulante, de acordo com a expectativa de compensação existente na data do balanço.

Imobilizado

O aumento de 7,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 se comparado a 31 de dezembro de 2016, decorre de R\$ 770,8 milhões de adições, deduzidas de depreciação de R\$ 401,4 milhões e baixas líquidas de R\$ 36,3 milhões.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Ativo circulante



Caixa e equivalentes de caixa

Houve um aumento de 865,8% em caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 242,4 milhões e R\$ 25,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete a sobra de caixa gerado e mantido na Companhia a partir do aumento de capital na controladora Rumo ocorrido no 2T16 e ações do reperfilamento das dívidas.

Títulos e valores mobiliários

Houve um aumento de 145,9% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 430,1 milhões e R\$ 174,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete às aplicações de recursos gerados e mantidos na Companhia em virtude da sobra de caixa decorrente do aumento de capital na controladora Rumo, ocorrido no 2T16.

Contas a receber de clientes

Houve um aumento de 11,9% em contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 229,8 milhões e R\$ 205,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete principalmente aos valores de “take-or-pay” a receber de clientes por não desempenharem os volumes contratuais.

Adiantamento de fornecedores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo era de R\$ 1.967,8 milhões frente a R\$ 583,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação de 237,2% reflete um volume maior de antecipação de partilha de fretes que serão pagos pela Companhia para a Malha Paulista.

Ativo não circulante

Recebíveis de partes relacionadas

Houve um aumento de 64,74% em recebíveis de partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor era de R\$ 1.198,8 milhões e R\$ 727,7 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta variação é reflexo do fluxo de recursos entre as empresas, permanecendo em 2016 somente o saldo a receber da Malha Paulista, no valor de R\$ 1198,8 milhões.

Depósitos judiciais

Totalizaram R\$ 16,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 10,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, variação de 56,7%. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete o efeito dos depósitos realizados por conta de processos trabalhistas.



Debêntures privadas

Debêntures privadas totalizaram R\$ 595,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 515,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação do saldo entre 31 de dezembro de 2016 e 2015 reflete o efeito da atualização financeira, em R\$ 79,8 milhões das debêntures não conversíveis emitidas por sua controladora em 2015.

Imobilizado

O aumento de 27,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se comparado a 31 de dezembro de 2015, decorre principalmente de adição de R\$ 1.958,4 milhões - sendo que as principais adições foram de vagões e locomotivas decorrentes do aporte de ativos da Rumo S.A., no valor de R\$ 898,9 milhões, somado à adições de obras em andamento R\$ 447,0 milhões – deduzidas de depreciação de R\$ 397,6 milhões e baixas líquidas de R\$ 18,7 milhões.



(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
PASSIVO							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	679.970	5,76%	577.204	5,92%	711.622	10,78%	17,80%
Arrendamento mercantil	232.669	1,97%	279.961	2,87%	229.162	3,47%	-16,89%
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	81.939	0,69%	78.427	0,80%	68.407	1,04%	4,48%
Instrumentos financeiros derivativos	-	N/A	4.535	0,05%	4.676	0,07%	0,00%
Fornecedores	413.795	3,51%	201.871	2,07%	189.212	2,87%	104,98%
Ordenados e salários a pagar	21.321	0,18%	14.217	0,15%	30.177	0,46%	49,97%
Imposto de renda e contribuição social correntes	119	0,00%	11.422	0,12%	-	N/A	-98,96%
Outros tributos a pagar	7.332	0,06%	5.886	0,06%	9.115	0,14%	24,57%
Dividendos a pagar	19.717	0,17%	47.587	0,49%	2.465	0,04%	-58,57%
Adiantamento de clientes	58.378	0,49%	78.619	0,81%	78.855	1,19%	-25,75%
Receitas diferidas	2.902	0,02%	2.700	0,03%	2.700	0,04%	7,48%
Outros passivos financeiros	37.105	0,31%	15.022	0,15%	21.161	0,32%	147,00%
Outras contas a pagar	26.962	0,23%	43.117	0,44%	50.324	0,76%	-37,47%
Passivo circulante	1.582.209	13,41%	1.360.568	13,94%	1.397.876	21,17%	16,29%
Passivo não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.239.740	52,87%	4.334.781	44,43%	1.961.717	29,71%	43,95%
Arrendamento mercantil	655.579	5,55%	869.942	8,92%	943.307	14,29%	-24,64%
Certificado recebíveis imobiliários - CRI	-	N/A	85.514	0,88%	160.846	2,44%	0,00%
Instrumentos financeiros derivativos	-	N/A	7.768	0,08%	15.605	0,24%	0,00%
Provisão para demandas judiciais	38.842	0,33%	35.276	0,36%	36.816	0,56%	10,11%
Pagáveis a partes relacionadas	-	N/A	-	N/A	10.062	0,15%	0,00%
Receitas diferidas	12.985	0,11%	15.096	0,15%	17.894	0,27%	-13,98%
Outras contas a pagar	45.002	0,38%	61.468	0,63%	19.960	0,30%	-26,79%
Passivo não circulante	6.992.148	59,25%	5.409.845	55,45%	3.166.207	47,95%	29,25%
Total do passivo	8.574.357	72,65%	6.770.413	69,39%	4.564.083	69,12%	26,64%
Patrimônio líquido							
Capital Social	2.461.503	20,86%	2.461.503	25,23%	1.365.607	20,68%	0,00%
Reserva de capital	22.725	0,19%	22.725	0,23%	17.566	0,27%	0,00%
Reserva de lucros	740.315	6,27%	499.215	5,12%	651.978	9,87%	48,30%
Prejuízos acumulados	-	N/A	-	N/A	-	N/A	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.112	0,03%	3.172	0,03%	3.610	0,05%	-1,89%
Total do patrimônio líquido	3.227.655	27,35%	2.986.615	30,61%	2.038.761	30,88%	8,07%
Total do passivo e patrimônio líquido	11.802.012	100,00%	9.757.028	100,00%	6.602.844	100,00%	20,96%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo aumentaram 17,8%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016 obedecendo a variação das parcelas vincendas no próximo exercício.

Fornecedores



O saldo aumentou 105,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação a 31 de dezembro de 2016, em decorrência principalmente das compras de materiais e serviços, em linha com o nível de atividade da Companhia, muito maior no último trimestre de 2017, frente ao mesmo período de 2016 quando a quebra de safra reduziu drasticamente a demanda por transporte.

Outros passivos financeiros

O nível de atividade citado no tópico anterior também leva a um maior consumo de diesel, elevando em R\$ 22,1 milhões o saldo dessa conta, que registra o risco sacado do fornecedor de combustível.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 44%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016, principalmente em função as novas captações de dívidas na forma de NCEs e Debêntures.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$ 655,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 869,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo em 31 de dezembro de 2017 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 8% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando registrou saldo de R\$ 3.227,7 milhões (R\$ 2.986,6 milhões em 2016), devido à absorção do resultado gerado no exercício, líquido dos dividendos pagos.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo reduziram 18,9%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 em função do reperfilamento das dívidas que alongou o vencimento das dívidas em relação as do período anterior.

Arrendamento mercantil

O arrendamento mercantil de curto prazo aumentou 22,2%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 em função das transferências das parcelas de longo para curto prazo, atualizadas pelos juros vigentes nos contratos.



Fornecedores

O saldo aumentou 6,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação a 31 de dezembro de 2015, em decorrência principalmente das compras de materiais e serviços, em linha com o plano de investimentos da Companhia.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo aumentaram 29,7%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015, principalmente em função do reperfilamento das dívidas.

Arrendamento mercantil

Arrendamento mercantil totalizou R\$ 869,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 943,3 milhões em 31 de dezembro de 2015. O saldo em 31 de dezembro de 2016 reflete a reclassificação do longo para o curto prazo em função do cronograma de vencimento de tais passivos.

Certificado recebíveis imobiliários - CRI

O saldo diminuiu 45,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação a 31 de dezembro de 2015, em decorrência da transferência dos saldos de curto prazo para longo prazo, de forma que hoje em longo prazo restem apenas parcelas a vencer em 2018, no total de R\$ 85,5 milhões.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 46,49% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 se comparado ao patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, decorrente, principalmente, do aumento de capital com aporte de bens realizado no exercício de 2016. O valor do patrimônio líquido foi R\$ 2.038 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 2.986,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, que representou 30,6% e 30,9% do total do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO



(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2017	AV	31/12/2016	AV	31/12/2015	AV	AH 2017 x 2016
Receita operacional líquida	3.372.467	100,00%	2.592.546	100,00%	2.476.105	100,00%	30,08%
Custos dos serviços prestados	-1.967.867	-58,35%	-1.954.934	-75,41%	-1.881.981	-76,01%	0,66%
Lucro bruto	1.404.600	41,65%	637.612	24,59%	594.124	23,99%	120,29%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-52.072	-1,54%	-18.927	-0,73%	-18.770	-0,76%	175,12%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.441	0,28%	-5.790	-0,22%	-50.978	-2,06%	-263,06%
Provisão para impairment	0	0,00%	0	0,00%	0	N/A	0,00%
Despesas operacionais	-42.631	-1,26%	-24.717	-0,95%	-69.748	-2,82%	72,48%
Lucro (prejuízo) antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	1.361.969	40,38%	612.895	23,64%	524.376	21,18%	122,22%
Equivalência patrimonial em associadas	3.609	0,11%	8.708	0,34%	7.940	0,32%	-58,56%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.365.578	40,49%	621.603	23,98%	532.316	21,50%	119,69%
Resultado financeiro, líquido	-751.679	-22,29%	-492.845	-19,01%	-338.690	-13,68%	52,52%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	613.899	18,20%	128.758	4,97%	193.626	7,82%	376,79%
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	-28.440	-0,84%	-29.256	-1,13%	-18.573	-0,75%	-2,79%
Diferidos	-88.905	-2,64%	10.759	0,41%	-5.956	-0,24%	-926,33%
Lucro do exercício	496.554	14,72%	110.261	4,25%	169.097	6,83%	350,34%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.372,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.592,5 milhões 2016), registrando um aumento de 30%. Este aumento decorre de aumento de 37,8% no volume, atingindo 31,7 bilhões de TKUs, parcialmente compensado por um mix diferente de produtos com menores tarifas médias, conforme mencionado detalhadamente no tópico 10.1 a.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 1.967,9 milhões comparativamente a R\$ 1.954,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 1%. Os custos dos serviços prestados representaram 58,3% e 75,4% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$ 52,1 milhões versus R\$ 18,9 milhões em 2015, aumento de 175,1% afetados por custos maiores de pessoal, com remuneração variável maior pelos resultados apurados no exercício.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 9,4 milhões comparativamente a R\$ 5,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou uma queda de 263%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,28% e -0,22% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e



2016, respectivamente. O grande fator de variação foi o ressarcimento de seguro de R\$ 20,7 milhões registrado em 2017, reembolso aos gastos com um incêndio registrado no terminal em 2016.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 751,7 milhões, comparativamente a R\$ 492,8 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2016, aumento de 52,5 % - reflexo do aumento marginal apresentado no montante da dívida, base para registro de encargos.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizou uma despesa de R\$ 117,3 milhões comparativamente a R\$ 18,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 496,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com lucro líquido de R\$ 110,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de 350,3%.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 2.592,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R\$ 2.476,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 4,7%. Este leve aumento decorre de aumento de tarifas, parcialmente compensado por menor volume de operações, conforme mencionado detalhadamente no tópico 10.1 a.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 1.954,9 milhões comparativamente a R\$ 1.881,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou um aumento de 3,9%. Os custos dos serviços prestados representaram 75,4% e 76,0% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$ 18,9 milhões versus R\$ 18,8 milhões em 2015, aumento de 0,9%.

Para fins de análises das variações por natureza, são somados os montantes de custos e despesas. Os principais custos e despesas são (i) depreciação e amortização, totalizaram R\$ 398,2 milhões em 2016 versus R\$ 328,1 milhões em 2015; (ii) despesas com transporte, que totalizaram R\$ 1.261,5 milhões



em 2016 versus R\$ 1.318,8 milhões em 2015; e (iii) despesas com pessoal, que totalizou R\$ 116,6 milhões em 2016 versus R\$ 86,6 milhões em 2015.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 5,8 milhões comparativamente a R\$ 50,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma queda de 88,7%. As outras receitas (despesas) operacionais representaram 0,23% e 2,06% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Esta redução refere-se, principalmente, a constituição de provisões para demandas judiciais, de R\$ 31,7 milhões em 2015, incorridas em menor valor no ano de 2016.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 492,8 milhões, comparativamente a R\$ 338,7 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2015, aumento de 45,5% - reflexo do aumento marginal apresentado no custo da dívida, para 95% do CDI e do total de dívidas do período.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As receitas com imposto de renda e contribuição social, que compreendem os valores correntes e diferidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou uma despesa de R\$ 24,6 milhões comparativamente a R\$ 6,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente da variação do resultado tributável entre os exercícios.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 110,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com lucro líquido de R\$ 169,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o que representou uma redução de 34,8%.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	2017 x 2016	2016 x 2015
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.233.123	-424.932	573.700	-390,19%	-174,07%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-1.589.914	-790.406	-845.716	101,15%	-6,54%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	267.722	1.432.672	-368.966	-81,31%	-488,29%
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-89.069	217.334	-640.982	-140,98%	-133,91%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	242.437	25.103	666.085	865,77%	-96,23%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	153.368	242.437	25.103	-36,74%	865,77%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016



Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O principal fator do incremento no caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o volume de operações, alavancado por uma capacidade maior gerada pelos investimentos recentes e por uma safra normal de grãos em 2017 (fator que havia prejudicado a base comparativa de 2016), o aumento foi parcialmente compensado por variação do adiantamento a fornecedores (R\$ 537,3 milhões no exercício de 2017 (havia sido responsável por R\$ 1.386,5 milhões da geração negativa registrada em 2016)).

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos aumentou 101,1%, devido, principalmente, ao investimento realizado em títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.043,9 milhões (R\$ 187,8 milhões em 2016) e em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, no valor de R\$ 714,6 milhões (R\$ 247,8 milhões em 2016).

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2017 reflete as captações de R\$ 3.631,4 milhões em novos financiamentos (R\$ 2.823,5 milhões em 2016), seguidas de amortizações de principal de R\$ 2.231,9 milhões (R\$ 1.115,3 milhões em 2016), amortizações de juros de R\$ 830,5 milhões (R\$ 461,6 milhões em 2016), instrumentos financeiros derivativos R\$ 17,8 milhões (R\$ 6,3 milhões em 2016) e pagamento de dividendos R\$ 283,5 milhões (R\$ 777 milhões em 2016).

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2016, de R\$ 242,4 milhões, para R\$ 153,4 milhões em 2017 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2016 um saldo final de R\$ 1.590,2 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas a operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 reflete a queda dos volumes transportados, compensado parcialmente pelo aumento das tarifas. Adicionalmente, também contribuíram para a queda o resultado do exercício antes dos impostos, que apresentou uma variação negativa de R\$ 64,9 milhões, assim como da variação apresentada em adiantamento de fornecedores.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos reduziu 6,54%, devido, principalmente, ao investimento realizado em ativos imobilizados, softwares e outros intangíveis, saindo de R\$ 165,1 milhões em 2015 para R\$ 247,8 milhões em 2016, líquido das movimentações ocorridas entre



partes relacionadas, queda apresentou uma redução, saindo de R\$ 649,0 milhões em 2015 versus R\$ 355,2 milhões em 2016).

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento reflete as captações de 2016 no montante de R\$ 2.823,6 milhões, líquido das amortizações de principal de R\$ 1.115,3 milhões, amortizações de juros de R\$ 461,6 milhões e também gerado pelo aumento de capital no valor R\$ 203,1 milhões. Esses efeitos se comparam com captações de R\$ 577,3 milhões em 2015 deduzidos de amortizações de principal de R\$ 682,8 milhões e juros de R\$ 229,5 milhões, e pagamentos de dividendos de R\$ 28,0 milhões.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de 2015, de R\$ 25,1 milhões, para R\$ 242,4 milhões em 2016 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2016 um saldo final de R\$ 430,1 milhões.

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres e (ii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge (conforme apresentadas no item 5.1 deste Formulário de Referência);
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, o qual pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, conseqüentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, conseqüentemente, suas obrigações tributárias.



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia afirmam que os principais fatores determinantes da variação de nossa receita bruta, em função de sua composição, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, foram a variação nos volumes e/ou tarifas operados.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.



Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e para 31 de dezembro de 2015.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia e pelas entidades do grupo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e para 31 de dezembro de 2015.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 15 de março de 2018 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 17 de março de 2017 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 21 de março de 2016 sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não contém ressalvas e nem opinião adversa.

10.5 - Comentários dos diretores sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras. Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

Os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados em nossas demonstrações financeiras são:

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em



uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota explicativa da demonstração financeira.

Compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) e determina, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, se assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, e nestes casos classifica-os como arrendamentos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

10.6 - Descrições dos diretores de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os arrendamentos mercantis operacionais e respectivos ativos e passivos estão evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa 18 – Arrendamento mercantil.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos



A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "confirming", "forfaiting" ou risco sacado e estão evidenciadas e discriminadas nas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa 22-Instrumentos financeiros

(b) Risco de liquidez

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

As divulgações de compromissos futuros foram divulgadas nas demonstrações financeiras.

iv. contratos de construção não terminada

Item não aplicável.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Item não aplicável.

10.7. - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

O plano abaixo refere ao plano da Rumo S.A. consolidado, na qual a Companhia está inserida. Portanto, os valores mencionados referem-se ao total consolidado.



(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(1) No ano findo em 31 de dezembro de 2016, o grupo ao qual a Companhia pertence investiu R\$ 2.153 milhões nas seguintes iniciativas: (i) investimentos na malha ferroviária; (ii) melhorias no Porto e nos terminais; (iii) aquisição de novos vagões e locomotivas; e (iv) outras iniciativas. Em 2015, o investimento total foi de R\$ 1.926 milhões.

(2) Conforme divulgado em 4 de maio de 2016 o plano de investimentos do grupo que totaliza, aproximadamente R\$ 9 bilhões para o período compreendido entre 2016 a 2020.

(3) Principais iniciativas do plano de investimentos:

Nos primeiros anos tivemos foco prioritário em aumento de eficiência operacional e redução de custos, através de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, bem como recuperação da via permanente. Estas iniciativas levam a diversos benefícios como econômica de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento do nível operacional e redução de acidentes e otimização da circulação de trens.

Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

Neste plano as iniciativas de expansão estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou a extensão do período de concessão da respectiva malha e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado.

Os principais projetos são relacionados a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos, como por exemplo entre as cidades de Itirapina (SP) e Campinas (SP) de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e conseqüentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística advém de linhas de crédito de bancos comerciais, BNDES e recursos captados no mercado de capitais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária, a Companhia adquiriu novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapacitação de trechos, reformas, melhorias



e recuperação de pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

c. novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Item não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

O Grupo divide seus projetos em:

(i) projetos de médio prazo, que incluem (a) substituição ou reforma de locomotivas; (b) substituição ou reforma de vagões; e (c) recuperação da via permanente.

ii) projetos de longo prazo, com previsão de início em 2017 e conclusão até 2019, que incluem (i) construção de novos pátios de cruzamento; (ii) ampliações de pátios; (iii) duplicação de 42 km no trecho Itirapina (SP) a Campinas (SP); (iv) aquisição de novas locomotivas e vagões; e (v) melhorias dos acessos aos portos de Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco (SC) e investimentos para aumento da capacidade nos terminais operados, como Rondonópolis (MT).

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, forma relatados anteriormente nesta seção.



ANEXO III

Informações relativas à fixação do valor da remuneração máxima e global a ser paga aos administradores da Companhia para o exercício social de 2017, nos termos do Artigo 12 da ICVM 481

Em atenção ao Artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, propomos que a remuneração máxima global dos administradores para o exercício social de 2018, seja fixada no montante total de até R\$ 12.788.309,34 (doze milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e nove reais e trinta e quatro centavos).

O limite ora proposto (i) é referente a remuneração dos administradores da Companhia para a competência do exercício social de 2018 (regime de competência), ainda que parte dos pagamentos sejam realizados em outros exercícios sociais, e (ii) inclui a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos ou suportados pela Companhia, diretos ou indiretos.

Adicionalmente, a Companhia apresenta o item 13 do Formulário de Referência, conforme exigido pela ICVM 481:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A política de remuneração dos membros do Diretoria Estatutária da Companhia está inserida na Política de Remuneração da Rumo S.A., controladora da Companhia ("Rumo") como um todo (aprovada em reunião do Conselho de Administração da Rumo realizada em 20 de março de 2018), que interfere nas sociedades controladas e coligadas. O efetivo pagamento das parcelas de remuneração é estabelecido a partir dos limites aprovados em Assembleia Geral da Rumo. As proporções de remuneração indicadas nesta Seção 13, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o total de remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia, pago em conjunto pela Rumo, suas coligadas e controladas (incluindo a Companhia).

Em relação ao Conselho de Administração da Companhia, a Política de Remuneração da Rumo não se aplica, uma vez que os atuais conselheiros da Companhia também exercem a função de Diretores (estatutários ou não) da Rumo, e não são remunerados pela função de conselheiros da Companhia.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Rumo, aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2018, se aplica parcialmente para a Companhia, especialmente em relação aos seus Diretores Estatutários, e estabelece as diretrizes para assegurar uma remuneração adequada, alinhada aos padrões de mercado.

A remuneração dos Diretores Estatutários da Rumo está alinhada às práticas de mercado, podendo ser composta por elemento fixo e variável. Os membros do Conselho de Administração da Companhia,



uma vez que exercem funções executivas (estatutárias ou não) na Rumo, não são remunerados pela função de conselheiros da Companhia.

Se faz necessário esclarecer que a remuneração dos membros da Diretoria, em razão das funções desempenhadas na Companhia, é uma parcela da remuneração total que os administradores recebem em razão das funções que exercem nas demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo S.A. (para aqueles que são comuns), ou seja, o efetivo pagamento da remuneração é realizado a partir dos limites aprovados em Assembleia Geral da Rumo.

Toda a remuneração indicada nesta Seção 13, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o total de remuneração dos administradores da Companhia, em conjunto com a Rumo, suas coligadas e controladas, em relação aos administradores que são comuns entre elas.

A Política de Remuneração da Rumo encontra-se disponível nos sites de Relações com Investidores da Rumo (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>) e da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

b. composição da remuneração, indicando:

i. *Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração atualmente não são remunerados pela função de conselheiros da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por elementos fixos e variáveis, nos termos da Política de Remuneração da Rumo, controladora da Companhia.

Ressaltando que, a remuneração dos membros da Diretoria, em razão das funções desempenhadas na Companhia, é somente uma parcela da remuneração total que os administradores recebem em razão das funções que exercem nas demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo S.A. (para aqueles que são comuns).

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é definida em atenção a padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante, e padrões verificados em empresas dos mesmos setores da Companhia e nas demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive), conforme seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

A remuneração variável, por sua vez, é calculada tendo como parâmetro metas globais da Rumo e metas individuais de cada Diretor nesta, vinculadas a indicadores de desempenho individual (inclusive atrelados ao desempenho da Companhia), em que se avalia a contribuição individual e específica de cada Diretor para o resultado global da Rumo.



Conselho Fiscal da Rumo

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, razão pela qual não possui política para a sua remuneração.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento da remuneração total segue descrita abaixo, de acordo com os parâmetros gerais estabelecidos pela área de Recursos Humanos da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo S.A. (inclusive):

	Remuneração Fixa	Benefícios	Bônus Participação nos Resultados /	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	NA	-	-	-	NA
Diretoria	42%	1%	30%	27%	100%
Conselho Fiscal	NA	-	-	-	NA
Comitê de Auditoria	NA	-	-	-	NA
Comitê de Remuneração	NA	NA	NA	NA	NA
Comitê de Partes Relacionadas	NA	NA	NA	NA	NA

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os elementos da remuneração dos Diretores Estatutários são definidos em atenção aos padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia e as demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive) atua, conforme seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores. A área de Recursos Humanos solicita periodicamente pesquisas de mercado, que são analisadas pelo Comitê de Remuneração da Rumo para se certificar que estamos em linha com as melhores práticas do mercado.

Especialmente com relação à remuneração variável dos Diretores Estatutários, estão são calculados de acordo com a Política de Remuneração da Rumo, sua controladora.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A definição dos elementos que compõem a remuneração dos Diretores Estatutários busca assegurar a adoção de práticas competitivas, observando a necessidade de atrair profissionais com reputação, expertise e perfis adequados às funções, concedendo-lhes as condições necessárias para o seu desempenho.

Adicionalmente, com relação ao elemento variável que compõe a remuneração dos Diretores Estatutários, o peso significativo dessa parcela da remuneração vinculada aos resultados da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo S.A. (inclusive), se justifica, por um lado, pelos incentivos ao atingimento das metas, e por outro, pela importância de



se alinhar os interesses dos diretores e dos acionistas pela participação conjunta na valorização das ações da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive) e no caso da remuneração baseada em ações, conforme planos aprovados pela assembleia geral da Rumo, aplicado a esta.

v. Existência de membros não remunerados

Os membros do Conselho de Administração atualmente não são remunerados pela função de conselheiros da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O elemento fixo da remuneração é sempre baseado no nível de responsabilidades e funções inerentes a cada cargo, devendo estar em linha com as práticas verificadas no mercado.

Em relação à remuneração variável da Diretoria Estatutária, os principais indicadores de desempenho estão relacionados às metas globais em relação a *performance* da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive) e a metas individuais conforme as funções desempenhadas por cada diretor. Dentre outros indicadores, adota-se como critério o EBITDA, EBIT e Capital Empregado, etc.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme Política de Remuneração da Rumo, a parcela variável da remuneração dos Diretores está diretamente atrelada ao atendimento das metas individuais e globais de desempenho, inclusive de desempenho da Companhia. Os Diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Diretor Presidente com o objetivo de verificar se foram atingidas as metas individuais pré-estabelecidas, todas relativas à performance da respectiva área e da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive).

O Diretor Presidente, por sua vez, é avaliado anualmente de acordo com a performance da Companhia e as demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive), observando-se critérios pré-estabelecidos.

Em cada exercício, tais metas e objetivos são revisados de modo que sustentem os resultados esperados no período.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Rumo busca estabelecer incentivos para o alinhamento de interesses da Companhia e das demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive) no curto, médio e longo prazo, naquilo que lhe couber.

No curto prazo, a remuneração variável deve refletir metas estabelecidas para um horizonte de tempo menor, geralmente anual, com relação à performance dos negócios da Companhia e das demais



empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (inclusive). A estruturação de metas de forma consistente também busca manter um padrão no atendimento aos objetivos traçados, de forma que se logrem alcançar resultados minimamente satisfatórios no médio e no longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Em razão das funções que os administradores da Companhia exercem nas demais empresas controladas pela Rumo (inclusive), apresentamos na Seção 13.15 o quadro com as devidas informações.

Se faz necessário esclarecer que a remuneração dos membros da administração, em razão das funções desempenhadas na Companhia, é uma parcela da remuneração total que os administradores recebem em razão das funções que exercem nas demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo (para aqueles que são comuns), ou seja, o efetivo pagamento da remuneração é realizado a partir dos limites aprovados em Assembleia Geral da Rumo.

Todas as proporções de remuneração indicadas nesta Seção 13, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o total de remuneração dos administradores da Companhia, pago em conjunto pela Rumo, suas coligadas e controladas, em relação aos administradores que são comuns entre elas.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Rumo ou da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

A Rumo, controladora da Companhia, possui um Comitê de Remuneração não estatutário instalado, que tem como principal função assessorar o Conselho de Administração da Rumo, na definição das diretrizes relacionadas à remuneração dos administradores da Rumo e de suas controladas, além de assessorá-lo na definição e controle de metas que podem impactar a remuneração. Além disso, também compete ao Comitê de Remuneração a supervisão, implementação e operacionalização da Política de Remuneração, assim como por recomendar ao Conselho de Administração da Rumo a revisão da Política, quando aplicável.

A remuneração anual global dos administradores da Rumo, que parte são administradores da Companhia também, acaba por ser fixada pelos acionistas da Rumo reunidos em Assembleia Geral, após proposta submetida pela administração desta.

Neste caso, cabe ao Conselho de Administração da Rumo, após análise feita pelo Comitê de Remuneração desta, determinar, em linha com a Política de Remuneração, os honorários fixos e



variáveis dos membros da sua administração, que interfere na remuneração dos administradores de suas controladas, observado o limite da remuneração global anual aprovada em cada uma das respectivas assembleias, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual da Diretoria da Rumo (da qual faz parte os administradores da Companhia) é definida pelo Conselho de Administração da Rumo, a partir das atribuições e funções de cada cargo e em observância a padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Rumo atua, conforme seu tamanho e relevância no mercado.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Como destacado acima, o Comitê de Remuneração da Rumo, controladora da Companhia, é o órgão responsável por supervisionar, implementar e operacionalizar a Política de Remuneração da Rumo, assim como recomendar eventual revisão de seus termos ao seu Conselho de Administração, quando entender necessário.

Destaca-se que a Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração da Rumo em reunião realizada em 20 de março de 2018, e tem reflexo na remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia, uma vez que estes compõem a administração da Rumo.

13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão;
- b. número total de membros;
- c. número de membros remunerados;
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções



- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal;
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	4,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual	N/A	3.159.027,67	N/A	3.159.027,67
Salário ou pró-labore	N/A	2.379.582,76	N/A	2.379.582,76
Benefícios direto e indireto	N/A	70.678,39	N/A	70.678,39
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	0,00
Outros	N/A	708.766,52	N/A	708.766,52
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	0,00
Remuneração variável	N/A	8.273.029,73	N/A	8.273.029,73
Bônus	N/A	5.085.158,26	N/A	5.085.158,26
Participação de resultados	N/A	1.915.070,17	N/A	1.915.070, 17
Participação em reuniões	N/A	0,00	N/A	0,00
Comissões	N/A	0,00	N/A	0,00
Outros	N/A	1.272.801,30	N/A	1.272.801,30
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2018	Remuneração baseada no sucesso de projetos específicos Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS e FGTS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2018	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2018	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2018
Pós-emprego	N/A	129.241,40	N/A	129.241,40
Cessação do cargo	N/A	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações	N/A	1.227.010,54	N/A	1.227.010,54
Observações	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SE	Conforme disposto no	Conforme disposto no	Conforme disposto no

	P/N° 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/N° 02/2018, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	N/A	12.788.309,34	0,00	12.788.309,34

Nota: Não propomos instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2018.

Remuneração total do Exercício 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	3,83	0	6,83
Nº de membros remunerados	0,00	3,83	0	6,83
Remuneração fixa anual	N/A	2.823.541,56	N/A	2.823.541,56
Salário ou pró-labore	N/A	2.192.418,75	N/A	2.192.418,75
Benefícios direto e indireto	N/A	58.332,76	N/A	58.332,76
Participações em comitês	N/A	0,00	N/A	0,00
Outros	N/A	572.790,05	N/A	572.790,05
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável	N/A	9.381.310,60	N/A	9.381.310,60
Bônus	N/A	5.502.140,72	N/A	5.502.140,72
Participação de resultados	N/A	2.503.634,70	N/A	2.503.634,70
Participação em reuniões	N/A	0,00	N/A	0,00
Comissões	N/A	0,00	N/A	0,00



Outros	N/A	1.375.535,18	N/A	1.375.535,18
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2017	Remuneração baseada no sucesso de projetos específicos Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS e FGTS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2017	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2017	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 01/2017
Pós-emprego	N/A	136.025,042	N/A	136.025,042
Cessação do cargo	N/A	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações	N/A	1.090.081,18	N/A	1.090.081,18
Observações	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2017, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	N/A	13.430.958,75	0,00	13.430.958,75

Nota: Não tivemos instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2017

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00

Remuneração fixa anual	N/A	2.133.786,51	N/A	2.133.786,51
Salário ou pró-labore	N/A	1.229.823,04	N/A	1.229.823,04
Benefícios direto e indireto	N/A	118.606,05	N/A	118.606,05
Participações em comitês	N/A	0,00	N/A	0,00
Outros	N/A	785.357,42	N/A	785.357,42
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	0,00	N/A	0,00
Remuneração variável	N/A	852.170,14	N/A	852.170,14
Bônus	N/A	168.700,52	N/A	168.700,52
Participação de resultados	N/A	683.469,62	N/A	683.469,62
Participação em reuniões	N/A	0,00	N/A	0,00
Comissões	N/A	0,00	N/A	0,00
Outros	N/A	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2016	Remuneração baseada no sucesso de projetos específicos Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS e FGTS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2016	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2016	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2016
Pós-emprego	N/A	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	N/A	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações	N/A	251.771,13	N/A	251.771,13
Observações	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2016, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual



		duas casas decimais.	número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração	0,00	3.237.727,78	0,00	3.237.727,78

Nota: Não tivemos instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2016.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	4,75	0,00	7,75
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual	N/A	N/A	N/A	0,00
Salário ou pró-labore	N/A	N/A	N/A	0,00
Benefícios direto e indireto	N/A	N/A	N/A	0,00
Participações em comitês	N/A	N/A	N/A	0,00
Outros	N/A	N/A	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2015	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2015	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2015	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/nº 02/2015
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	0,00
Bônus	N/A	N/A	N/A	0,00
Participação de resultados	N/A	N/A	N/A	0,00
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	0,00
Comissões	N/A	N/A	N/A	0,00
Outros	N/A	N/A	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	0,00
Pós-emprego	N/A	N/A	N/A	0,00
Cessaçã o do cargo	N/A	N/A	N/A	0,00

Baseada em ações	N/A	N/A	N/A	0,00
Observações	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2015, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.
Total da remuneração (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Não tivemos instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2015

13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Prevista para 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00	0,00	7,00



Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 5.085.158,26	Não há	R\$ 5.085.158,26
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 6.804.857,03	Não há	R\$ 6.804.857,03
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 6.357.959,56	Não há	R\$ 6.357.959,56
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 4.308.907,89	Não há	R\$ 4.308.907,89
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 1.915.070,17	Não há	R\$ 1.915.070,17

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,83	0,00	6,83
Nº de membros remunerados	0,00	3,83	0,00	3,83
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 336.000,00	Não há	R\$ 336.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 6.877.675,90	Não há	R\$ 6.877.675,90
Valor efetivamente reconhecido	Não há	R\$ 5.502.140,72	Não há	R\$ 5.502.140,72
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 3.780.000,00	Não há	R\$ 3.780.000,00



Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 1.260.000,00	Não há	R\$ 1.260.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 2.503.634,70	Não há	R\$ 2.503.634,70

31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 303.306,66	Não há	R\$ 303.306,66
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 202.204,44	Não há	R\$ 202.204,44
Valor efetivamente reconhecido	Não há	R\$ 168.700,52	Não há	R\$ 168.700,52
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 0,00	Não há	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	R\$ 1.332.048,12	Não há	R\$ 1.332.048,12
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	R\$ 888.032,08	Não há	R\$ 888.032,08
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	R\$ 683.469,62	Não há	R\$ 683.469,62

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há



Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor efetivamente reconhecido no resultado	Não há	Não há	Não há	Não há

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, apenas a sua Controladora, Rumo S.A.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não possuem participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia.

Segue abaixo tabela relativa às ações detidas por membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia de valores mobiliários de emissão de sua Controladora, a Rumo:

Administradores	111.981	0,008%
TOTAL	1.339.015.898	100,00%

Esclarecemos ainda que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria também não possuem ações, quotas ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades controladas pela Companhia ou sociedades sob controle comum da Companhia.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.



13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

O plano de previdência privada vigente na Controladora da Companhia ("Plano de Aposentadoria Futura"), administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Privada e patrocinado pelas empresas do grupo Cosan, exceto pela Raízen, é oferecido a todos os empregados da Companhia, da sua controladora Rumo S.A., e suas subsidiárias, independente de nível salarial e hierárquico, ou do tempo de serviço.

O Plano de Aposentadoria Futura é oferecido na modalidade de “contribuição variável”, em que o benefício oferecido será diretamente proporcional ao que foi acumulado e capitalizado ao longo do tempo.

O Plano de Aposentadoria Futura assegura aos seus beneficiários o seguinte: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional deferido e o benefício mínimo. Os recursos do Plano de Aposentadoria Futura são investidos em aplicações diferenciadas entre renda fixa e variável, a critério e responsabilidade do participante. Este deverá optar por um dos perfis de investimento: conservador, moderado ou agressivo. Em caso de desligamento do participante, este poderá continuar participando do Plano de Aposentadoria Futura, resgatar seus recursos ou portá-los para outra entidade de previdência complementar.

Na Contribuição Básica, o valor será calculado com base em um percentual inteiro, a ser definido pelo Participante, que pode variar de 0% a 11%, a ser aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 10 URs (R\$ 4.073,40 em janeiro de 2018). A patrocinadora fará contribuição normal igual a 100% da contribuição básica do participante.

A Contribuição Voluntária é opcional e poderá ser equivalente à aplicação de um percentual inteiro, definido pelo participante, sobre o salário de participação, bônus ou participação nos lucros. Também, o participante poderá contribuir com qualquer valor expresso em Reais.

São assegurados pelo Plano de Aposentadoria Futura os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional deferido e o benefício mínimo.

Os recursos do plano serão investidos em aplicações diferenciadas entre renda fixa e variável, a critério e responsabilidade do participante. Este deverá optar por um dos perfis de investimento: Conservador, Moderado ou Agressivo.



Em caso de desligamento do participante, este poderá continuar participando do plano, resgatar seus recursos ou portá-los para outra entidade de previdência complementar conforme as regras do referido regulamento do plano de aposentadoria Futura.

Apresentamos abaixo as informações do Plano de Aposentadoria Futura com relação aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	4
Nº de membros remunerados	0	4
Nome do plano	Plano de Aposentadoria Futura	Plano de Aposentadoria Futura
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço;	A aposentadoria antecipada só será concedida se atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - desligar-se da empresa; - ter, no mínimo, 55 anos de idade; - ter, no mínimo, 5 anos de tempo de serviço;
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 1.025.458,14
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 136.025,42
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Só terá a opção de resgatar quando se desligar da Companhia. Nesse caso poderá receber, em até 12 parcelas, 100% do saldo da conta de participante, o saldo da conta da patrocinadora será resgatável proporcionalmente ao tempo de serviço desde que tenha mais de três anos de tempo de serviço, cabe a comparação para pagamento entre o maior valor: sobre o cálculo do benefício mínimo e o saldo da conta da patrocinadora	Só terá a opção de resgatar quando se desligar da Companhia. Nesse caso poderá receber, em até 12 parcelas, 100% do saldo da conta de participante, o saldo da conta da patrocinadora será resgatável proporcionalmente ao tempo de serviço desde que tenha mais de três anos de tempo de serviço, cabe a comparação para pagamento entre o maior valor: sobre o cálculo do benefício mínimo e o saldo da conta da patrocinadora



13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações referentes a este item deixam de ser divulgadas em virtude da sentença proferida pelo MM. Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em 17 de maio de 2013, nos autos do processo nº 2010.5101002888-5, proposto pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, instituição à qual parte dos administradores da Companhia é associada, a qual julgou procedente o pedido, determinando que a Comissão de Valores Mobiliários – CVM se abstenha de implementar a exigência contida no item 13.11 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, bem como, de aplicar qualquer penalidade relacionada ao descumprimento da referida exigência aos associados do IBEF e às sociedades às quais estejam vinculados.

A Administração da Companhia pautou sua decisão no fato de que a divulgação compulsória de referidas informações pelos administradores da Companhia representaria uma afronta ao direito à intimidade e à privacidade, garantidos pelo art. 5º, X, da Constituição Federal Brasileira e poderia vir a comprometer a segurança pessoal dos administradores e de seus familiares, tendo em vista o caráter público de referidas informações e o fácil acesso de criminosos à rede mundial de computadores. Dessa forma, o objetivo precípua do Conselho de Administração da Controladora da Companhia ao tomar a decisão de não divulgação das informações requeridas no item 13.11 do Formulário de Referência foi de preservar a intimidade, a privacidade, a segurança e a vida dos membros da administração da Companhia.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em 7 de outubro de 2014 foi aprovada a implementação da Política de Tratamento de Riscos (“Política”), aplicável a atuais e antigos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como a colaboradores da Rumo S.A, aplicável às suas controladas, inclusive a Companhia e/ou de suas controladas.

A Política consolida as práticas de proteção, segurança e reposição de perdas ou restrições de bens e direitos sofridas por seus administradores e determinados colaboradores (e também de administradores e colaboradores de sociedades controladas, conforme aplicável) no exercício regular de suas funções e atuando em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76, com o objetivo de mantê-los indenidos de tais riscos.

São Beneficiários da Política os atuais e antigos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como colaboradores da Rumo S.A., das suas controladas, inclusive a Companhia (“Beneficiários”). Em decorrência da Política, a Companhia obriga-se a manter os Beneficiários indenidos e a salvo, reembolsando-os ou diretamente realizando o pagamento ou adiantamento, conforme o caso, com relação a todos e quaisquer prejuízos, despesas, custos, perda ou dano, ou outros valores de qualquer natureza, incluindo honorários, custas judiciais, depósitos administrativos ou judiciais para fins de garantias, viagens, valores finais de condenação em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, penalidades impostas por autoridades governamentais ou ainda por qualquer entidade reguladora ou autorreguladora, valores pagos conforme acordos ou



transações destinados a encerrar processos judiciais, arbitrais ou administrativos, despesas incorridas no curso de inquéritos policiais ou administrativos, que, em qualquer caso, venham a ser incorridos ou imputados ao Beneficiário, nas condições acima.

Ressalta-se que a Política prevê que a Companhia não estará obrigada a realizar qualquer tipo de pagamento, reembolso ou adiantamento aos Beneficiários, em caso de Perdas decorrentes de (i) atos praticados com culpa grave ou dolo pelo Beneficiário, e (ii) atos praticados contra a lei ou contra o Estatuto Social da Companhia (ou de suas controladas, quando aplicável) pelo Beneficiário ou em seu benefício particular, conforme determinado, em ambos os casos, por sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral em que o Beneficiário tenha figurado como réu (inclusive em ação de responsabilidade civil contra o administrador, nos termos da legislação aplicável).

A referida Política entra em vigor imediatamente após as aprovações competentes (considerando individualmente a competência conforme o cargo específico de cada Beneficiário), independentemente de qualquer formalidade adicional, e permanecerá vigente e eficaz durante todo o tempo (i) do mandato pelo qual o Beneficiário foi eleito (“Mandato”), e/ou (ii) da relação empregatícia entre a Companhia (e/ou suas controladas) e o Beneficiário (“Emprego”), bem como pelo prazo de 10 (dez) anos após o fim do seu Mandato e/ou do Emprego, independentemente do motivo do término de seu Mandato /ou do Emprego, salvo em relação às Demandas já em curso antes do término de vigência da presente Política, em relação às quais a presente Política permanecerá válida até sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral da Demanda.

Por fim, ressalta-se que, conforme cotação realizada pela administração da controladora da Companhia, o prêmio do seguro de responsabilidade civil que ampara cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado é de R\$ 450.425,00 para uma cobertura máxima de R\$ 100.000,00.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Encerrado em 31/12/2017	N/A	100%	N/A
Encerrado em 31/12/2016	N/A	100%	N/A
Encerrado em 31/12/2015	N/A	100%	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve qualquer remuneração paga pela Companhia a membros dos órgãos da Companhia por outras razões que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor



Considerando que os Diretores Estatutários da Companhia também são administradores da Rumo S.A. (controladora da Companhia) e de demais empresas do mesmo grupo econômico, os valores constantes do item 13.2 foram aqueles suportados diretamente pela Companhia em razão das funções que exercem na Companhia.

Em razão das funções que os administradores da Companhia exercem nas demais empresas controladas pela Rumo S.A (inclusive), apresentamos abaixo o quadro com as devidas informações.

Se faz necessário esclarecer que a remuneração dos membros da administração, em razão das funções desempenhadas na Companhia, é uma parcela da remuneração total que os administradores recebem em razão das funções que exercem nas demais empresas do mesmo grupo econômico controlado pela Rumo S.A. (para aqueles que são comuns), ou seja, o efetivo pagamento da remuneração é realizado a partir dos limites aprovados em Assembleia Geral da Rumo S.A.

Todas as proporções de remuneração indicadas nesta Seção 13, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o total de remuneração dos administradores da Companhia, pago em conjunto pela Rumo S.A., suas coligadas e controladas, em relação aos administradores que são comuns entre elas.

Exercício social 2017 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretor e indiretos	-	31.312.716,00	-	31.312.716,00
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	17.881.757,25	-	17.881.757,25

Exercício social 2016 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretor e indiretos	-	2.123.730,39	-	2.123.730,39
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.113.997,39	-	1.113.997,39

Exercício social 2015 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretor e indiretos	-	7.618.960,7	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	7.618.960,7	-	-



13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram descritas nos itens acima.
